

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 791.668 MINAS GERAIS**

**RELATOR** : **MIN. ROBERTO BARROSO**  
**RECTE.(S)** : **ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECDO.(A/S)** : **DÉA ROCHA DE ABREU E OUTRO(A/S)**  
**ADV.(A/S)** : **GERALDINO EMÍLIO JORGELINO E OUTRO(A/S)**

**DECISÃO:**

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fls. 144):

**“SERVIDOR PÚBLICO - ESTADO DE MINAS GERAIS - ADICIONAL QUINQUENAL - BASE DE CÁLCULO ANTES DA EC Nº19/98. Embora não se conceba, a partir da EC nº19/98, a acumulação de vantagens sobre vantagens, (inciso XIV, art. 37, CR), não se olvide que os quinquênios adquiridos pelo servidor público antes das referidas alterações constitucionais devem observar a base de cálculo antes considerada e que representa a remuneração do servidor, incluindo-se a vantagem denominada gratificação por regime especial de trabalho - RET, por se tratar de patrimônio jurídico protegido pelo direito adquirido.”**

O recurso extraordinário busca fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal. A parte recorrente alega violação ao art. 37, XIV, da Constituição. Sustenta que *“autorizar que se integre na base de cálculo da incidência do adicional por tempo de serviço a gratificação RET, afronta-se o desejo moralizador do constituinte, no sentido de se evitar o efeito cascata dos acréscimos pecuniários em detrimento do erário”* (fls. 193).

O recurso deve ser parcialmente provido, uma vez que o acórdão impugnado não está alinhado ao decidido no RE 563.708-RG, julgado sob a relatoria da Ministra Cármen Lúcia. No julgado, cuja matéria teve a repercussão geral reconhecida, o Plenário do Supremo Tribunal Federal assentou a aplicabilidade imediata da redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998 ao art. 37, XIV, da Constituição Federal. Fixou-

**RE 791668 / MG**

se, assim, que a partir da vigência da EC nº 19/1998 é inconstitucional a adoção da remuneração como base de cálculo para os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público. Por outro lado, assegurou-se a observância do princípio de irredutibilidade de vencimentos. Veja-se a ementa do paradigma:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO À REGIME JURÍDICO. BASE DE CÁLCULO DE VANTAGENS PESSOAIS. EFEITO CASCATA: PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DOS VENCIMENTOS. PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DOS VENCIMENTOS. RECURSO AO QUAL SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.”

Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido, uma vez que reconheceu o direito da parte recorrida à incidência da *gratificação por regime especial de trabalho* na base de cálculo dos quinquênios adquiridos após a Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

Diante do exposto, com base no art. 557, § 1º-A, do CPC e no art. 21, § 2º, do RI/STF, dou parcial provimento ao recurso extraordinário, ressaltando a necessidade de observância do princípio da irredutibilidade dos vencimentos. Invertidos os ônus da sucumbência, sem condenação em honorários advocatícios (Súmula 512/STF).

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator